



CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 14/2022

TERMO DE COLABORAÇÃO nº 02/2023

Processo SEI nº 2023/0005834

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO E O CENTRO OSCAR ROMERO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - COR, VISANDO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SUPLEMENTAÇÃO À ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA ÀS PESSOAS LEGALMENTE NECESSITADAS.

PREÂMBULO

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.036.157/0001-89, com sede na Rua Boa Vista, nº 200, 8º andar, Centro, São Paulo/SP, doravante denominada **DEFENSORIA**, neste ato representada pelo Defensor Público-Geral do Estado, o Excelentíssimo Senhor Doutor **FLORISVALDO ANTONIO FIORENTINO JUNIOR**, portador do RG nº 33.219.999-X e inscrito no CPF sob o nº 285.827.608-09, e o **CENTRO OSCAR ROMERO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - COR**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.722.761/0001-82, com sede na Avenida do Cursino nº 4.305, Vila Moraes, CEP 04169-000, São Paulo/SP, neste ato representado por seu Coordenador Geral o Ilustríssimo Senhor **ABRAÃO CARLOS GOMES**, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.388.819 e inscrito no CPF sob o nº 094.673.578-60, e por sua Secretária, a Senhora **ROSINETE SANTOS DE OLIVEIRA**, portadora da Cédula de identidade RG nº 38.360.142 e inscrita no CPF sob o nº 342.619.548-85, resolvem, com fundamento na Lei n. 13.019/2014, celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA

- DO OBJETO -

A presente **PARCERIA** tem por objeto a prestação de serviço de apoio à assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados nas áreas Cível/Fazenda Pública, Juizado Especial Cível e Família, na Comarca da Capital, Foros Regionais de Santo Amaro e Jabaquara, conforme especificações do Plano de Trabalho (0464416), acostado no Procedimento Administrativo supracitado, parte integrante e indissociável deste Termo de Colaboração.

CLÁUSULA SEGUNDA

- DOS COMPROMISSOS DA ENTIDADE -

Para realização do objeto desta **PARCERIA**, obriga-se a **ENTIDADE** a:

I . Executar as atividades pactuadas na Cláusula Primeira, observando os critérios de qualidade técnica e os prazos previstos no Plano de Trabalho;

II. Enviar à **DEFENSORIA**, com periodicidade mensal, até o dia 10 de cada mês, relatório de execução circunstanciado das atividades desempenhadas no mês anterior, simultaneamente, aos Setores de Controle de Execução e Gestão Financeira da Assessoria de Convênios e ao/à Defensor(a) Público(a) Coordenador(a) ou Auxiliar da Regional competente, conforme Manual de Prestação de Contas disponibilizado no sitio eletrônico da **DEFENSORIA**, e, oportunamente, por meio eletrônico, através de sistema informatizado, mediante o uso de *login* e senha fornecidos pela **DEFENSORIA**;

III. Encaminhar prestação de contas mensalmente à **DEFENSORIA**, simultaneamente ao/à Defensor(a) Público(a) Coordenador(a) ou Auxiliar da Regional competente e à Assessoria de Convênios, no mesmo prazo assinalado no inciso anterior, acompanhada dos comprovantes das despesas realizadas no período, por meio de apresentação de recibo de pagamento ou comprovante de depósito bancário a favor dos profissionais atuantes pela **PARCERIA**, bem como comprovantes de recolhimento das contribuições fiscais, sociais e trabalhistas;

IV. Responsabilizar-se pelo oportuno lançamento, consulta e utilização de dados nos sistemas eletrônicos disponibilizados pela **DEFENSORIA**, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal pela sua utilização indevida;

V. Manter em seus quadros ou firmar contratos de prestação de serviços com profissionais devidamente habilitados em seus respectivos órgãos de classe e que comprovem não possuir qualquer situação jurídica incompatível com o exercício da função delegada;

VI. Facilitar a supervisão e fiscalização pela **DEFENSORIA**, permitindo-lhe, inclusive, o acompanhamento “in loco” e fornecendo, sempre que solicitados, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste instrumento,

especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à contratação de pessoas e da prestação do serviço;

VII. Permitir o livre acesso de servidores da **DEFENSORIA**, do controle interno e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP) aos processos, aos documentos, às informações relacionadas à parceria, bem como ao local de execução do ajuste, referentes a esta **PARCERIA**;

VIII. Assegurar a qualidade técnica das atividades desenvolvidas no âmbito desta **PARCERIA**;

IX. Apresentar o Plano de Trabalho atualizado quando ocorrer a hipótese de aditamento;

X. Assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação da **DEFENSORIA** em toda e qualquer ação promocional ou não, relacionada com a execução do objeto desta **PARCERIA** e, obedecido o modelo, apor a marca da **DEFENSORIA** em placas, painéis e demais materiais de divulgação no serviço prestado;

XI. Abster-se de utilizar, nos locais de prestação do serviço, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, sob pena de rescisão da **PARCERIA** e o ressarcimento por prejuízos acarretados à **DEFENSORIA**;

XII. Responsabilizar-se, exclusivamente, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos à execução do objeto da **PARCERIA**, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da **DEFENSORIA** a inadimplência da **ENTIDADE** em relação ao referido pagamento, o ônus sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes da restrição à sua execução;

XIII. Responsabilizar-se, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive quanto às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

XIV. Divulgar na internet e em locais visíveis de sua sede e do local de execução do ajuste as informações relativas a esta parceria, nos termos do artigo 11 da Lei Federal nº 13.019/2014;

XV. Desempenhar, nos moldes previstos no Plano de Trabalho, as atividades relacionadas com a orientação jurídica e patrocínio nas causas de pessoas consideradas hipossuficientes econômico-financeiras, nos termos da Deliberação do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado - CSDP nº 89/08, e ulteriores alterações;

XVI. Manter, durante a vigência deste Termo, o atendimento e a prestação do serviço, inclusive mediante mecanismos não presenciais, quando necessário, nos termos do plano de trabalho;

XVII. Atender, diariamente, inclusive mediante mecanismos não

presenciais, quando necessário, as pessoas que buscarem atendimento, nos termos e limites do Plano de Trabalho, mantendo no local físico e em sítio da internet quadro de aviso destinado aos comunicados de horário de atendimento, nome dos profissionais e data dos plantões;

XVIII. Documentar os atendimentos efetuados e as orientações dadas, colhendo-se a assinatura do interessado ou outra forma de comprovação do consentimento;

XIX. Observar, rigorosamente, a Deliberação CSDP nº 89/08, e ulteriores modificações, do **CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA**, orientadora da análise financeira, fornecendo ao cidadão encaminhado Termo de denegação de atendimento, caso não se caracterize a hipossuficiência econômico-financeira, ou caso seja identificada a inviabilidade jurídica da medida, cientificando do prazo para a apresentação de recurso junto à **DEFENSORIA**;

XX. Fornecer aos usuários, recibo detalhado de todos os documentos que foram entregues à **ENTIDADE** quando do atendimento, devolvendo-os quando desnecessária a sua utilização para a adoção de medida judicial;

XXI. Fornecer aos usuários, por escrito, rol de documentos necessários para adoção das medidas judiciais cabíveis, bem como as solicitações de certidões eventualmente indispensáveis, com a observância dos benefícios da gratuidade, prioridade de tramitação, dentre outros que se mostrarem aplicáveis ao beneficiário na forma da lei;

XXII. Adotar as providências necessárias para a obtenção de documentos necessários à instrução das medidas judiciais cabíveis com a gratuidade prevista em lei;

XXIII. Observar o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do atendimento inicial, para propositura de ação judicial, quando houver indicação com essa finalidade;

XXIV. Observar os prazos para adoção das medidas jurídicas, conforme estabelecido no presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, sempre atentando para a urgência decorrente das particularidades do caso concreto;

XXV. Efetivar a propositura de medidas judiciais urgentes, bem como a resposta de demandas judiciais, de modo e nos prazos aptos a garantir a preservação do direito ameaçado ou a reparação imediata do direito violado;

XXVI. Fornecer ao usuário, por escrito ou verbalmente, informação atualizada, clara e compreensível do (s) processo (s) confiado (s) ao seu patrocínio;

XXVII. Não redirecionar encaminhamentos recebidos da **DEFENSORIA**;

XXVIII. Zelar pela economicidade, buscando a solução consensual das lides, a tutela antecipada dos pedidos, bem como a reunião de diversos pedidos e partes

beneficiárias na mesma ação judicial;

XXIX. Não substabelecer os poderes recebidos em virtude da presente **PARCERIA**;

X X X . Manter, sob sua inteira responsabilidade, pessoal administrativo indispensável à execução das atividades objeto da presente **PARCERIA** durante a sua vigência;

XXXI. Manter, sob sua inteira responsabilidade, o número mínimo de profissionais indicados no Plano de Trabalho, com o objetivo de prestar apoio técnico aos serviços objeto da **PARCERIA**;

XXXII. Manter, sob sua inteira responsabilidade, se o caso, o número de estagiários indicados no Plano de Trabalho, devidamente matriculados no Curso de Direito e, se o caso, nos Cursos de Psicologia e Serviço Social, que, no exercício dos estágios supervisionados, sob a égide da Lei nº. 11.788/2008, e orientação dos profissionais, auxiliarão a realização dos serviços descritos no Plano de Trabalho;

XXXIII. Manter instalações adequadas para a prestação do serviço às pessoas que buscam a assistência jurídica, inclusive mediante mecanismos não presenciais, garantindo-lhes:

a) atendimento por ordem de chegada ou de apresentação eletrônica/não presencial da demanda, quando necessário, com uso de senhas e local de espera sentada, respeitados os casos de prioridade previstos em lei;

b) local de espera sentada;

c) parlatórios reservados ou segurança do sigilo das comunicações não presenciais, inclusive por meio eletrônico;

d) horário fixo de atendimento.

XXXIV. Adquirir material de escritório, livros, publicações jurídicas de apoio e equipamentos de informática necessários para execução do projeto, inclusive a implementação e funcionamento de mecanismos não presenciais/eletrônicos de atendimento e participação em atos judiciais;

XXXV. Arcar com todas as despesas necessárias para a comunicação com o usuário;

XXXVI. Providenciar fichas, cartões, envelopes e papéis impressos com o timbre da **ENTIDADE**, nos quais deverá constar a expressão “**TERMO DE COLABORAÇÃO COM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO**”;

XXXVII. Registrar, nas petições, no cabeçalho, que a atuação se dá em razão da presente **PARCERIA**, sendo vedado o uso de símbolos ou timbre da **DEFENSORIA**, bem como a atribuição da condição de Defensor Público pelo advogado colaborador;

XXXVIII. Realizar reuniões periódicas para avaliação e análise entre equipe técnica da **ENTIDADE** e da **DEFENSORIA**, com vistas à uniformização de atuação;

XXXIX. Colocar à disposição das pessoas atendidas todo o material informativo e/ou educativo encaminhado pela **DEFENSORIA**;

XL. Disponibilizar espaço, no local de atendimento, para fixação de cartaz da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado;

XLI. Manter em sua sede e em ambiente eletrônico/não presencial, quando necessário, durante o horário fixado na **PARCERIA**, ao menos um advogado que permanecerá disponível para atender as pessoas encaminhadas pela **DEFENSORIA** e prestar esclarecimentos que eventualmente sejam solicitados;

XLII. Orientar os advogados que executarão a suplementação da assistência jurídica a:

a) atuar de forma diligente nos feitos sob seu patrocínio, acompanhando-os até o trânsito em julgado, adotando todas as medidas cabíveis, incluindo o atendimento ao usuário e participação em atos processuais mediante mecanismos não presenciais / eletrônicos, quando necessário;

b) acompanhar as intimações publicadas na Imprensa Oficial referentes aos processos confiados a seu patrocínio em razão da presente **PARCERIA**, ressalvadas as intimações pessoais expressamente previstas em lei;

c) adotar, nos feitos sob o seu patrocínio, todas as medidas judiciais cabíveis na defesa dos direitos do usuário, em todos os graus de jurisdição;

d) orientar o usuário e adotar as medidas indispensáveis à efetivação de averbações e registros e outras providências necessárias em decorrência do provimento jurisdicional.

XLIII. Não contratar para a execução do objeto desta **PARCERIA** ou, de qualquer forma, remunerar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 2º grau, de funcionário da **ENTIDADE** ou da **DEFENSORIA** que exerça cargo ou função de direção, chefia ou assessoramento, tampouco membro ou servidor da **DEFENSORIA**;

XLIV. Enviar à **DEFENSORIA**, junto com a prestação de contas, cópias dos contratos de estágio, trabalho ou prestação de serviços, firmados pela **ENTIDADE**, com os profissionais atuantes no objeto desta **PARCERIA**, e seus eventuais aditamentos, bem como outros que vierem a ser firmados na vigência desta **PARCERIA**;

XLV. Zelar para que os advogados, estagiários e demais profissionais atuantes comportem-se com zelo e urbanidade, empenhando-se para que o usuário se sinta amparado e tenha a expectativa de regular desenvolvimento da demanda;

XLVI. Manter endereço de e-mail atualizado para recebimento de todas as comunicações relativas à **PARCERIA**;

XLVII. Garantir o prosseguimento de todas as demandas existentes ao findar-se a vigência desta **PARCERIA** até trânsito em julgado das decisões judiciais, que poderão ser singulares ou colegiadas, das quais não mais exista viabilidade jurídica de impugnação ou cumprimento judicial, independentemente de denúncia ou rescisão por qualquer das partes, sendo mencionada situação devidamente justificada pelo Coordenador;

XLVIII. Responsabilizar-se pelos processos em andamento até a extinção do processo em razão de desistência expressa da parte assistida, sendo a mencionada situação devidamente registrada pelo advogado responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA

- DA PROTEÇÃO DE DADOS -

As partícipes comprometem-se a adotar todas as precauções necessárias durante a execução do presente **TERMO** visando a garantir total sigilo de informações e dados pessoais, nos termos da Lei federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

§1º – Para consecução dos objetivos desta cláusula, deverá a **ENTIDADE:**

I . Prestar informação ao/à usuário/a, no momento do primeiro atendimento, de que todos os dados captados serão utilizados de acordo com Política de Tratamento de Dados previstas neste **TERMO**, bem como à luz dos atos normativos da **DEFENSORIA**.

II. Utilizar eventuais dados coletados, quer sejam estes obtidos diretamente com o/a usuário ou oriundos de qualquer banco de dados da **DEFENSORIA**, exclusivamente na execução deste **TERMO**, vedada sua cessão para terceiros, ainda que para a execução do objeto do contrato, sem expressa anuência da **DEFENSORIA**.

III. Cumprir, a todo momento, as normas de proteção de dados, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, a **DEFENSORIA** em situação de violação do sistema nacional de proteção de dados.

IV. Eliminar todos os dados coletados durante a execução do presente **TERMO** no momento de seu encerramento, bem como adotar meios e sistemas de segurança de proteção ao acesso destes dados enquanto necessária sua utilização garantindo-lhes o sigilo devido.

V. Comunicar à **DEFENSORIA**, o mais breve possível, pelos meios previstos na Cláusula Décima Segunda, a ocorrência de qualquer incidente de segurança relacionado ao tratamento de dados pessoais objeto do presente **TERMO**.

§2º – Em havendo solicitação de informações à **ENTIDADE** oriundas do/a titular dos dados, de autoridade de proteção de dados ou terceiro, que se refiram ao tratamento de Dados Pessoais, a **ENTIDADE** comunicará, de imediato, à **DEFENSORIA** para apreciação;

§3º - A **ENTIDADE** não poderá, sem prévia instrução e aprovação da **DEFENSORIA**, transferir, dispor, compartilhar, garantir ou ceder, de qualquer maneira, o acesso aos dados pessoais ou a quaisquer outras informações relativas ao tratamento de dados pessoais a terceiro estranho a este **TERMO** sob pena de responsabilização.

§4º - A parte será responsabilizada, por seus atos ou omissões a que der causa, por quaisquer multas impostas por autoridades de proteção de dados como pena à **ENTIDADE** ou à **DEFENSORIA** por violarem a lei de proteção de dados.

CLÁUSULA QUARTA

- DOS COMPROMISSOS DA DEFENSORIA -

Caberá à **DEFENSORIA**:

I – Fiscalizar por intermédio da Regional competente e pelo Defensor Público Assessor de Convênios a prestação dos serviços delegados;

II - Orientar e aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários à execução do objeto desta **PARCERIA**;

III - Orientar, acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto pactuado;

IV - Designar servidor da **DEFENSORIA** na condição de gestor para acompanhar, supervisionar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto desta **PARCERIA**, informando a **ENTIDADE** quando detectadas ocorrências de eventuais desvios, com a solicitação de que implemente, tempestivamente, as medidas saneadoras que se impõem fazer;

V - Analisar e aprovar os relatórios circunstanciados das atividades desempenhadas;

VI - Solicitar todos os documentos comprobatórios dos atendimentos realizados, bem como dos serviços prestados, para fins de fiscalização;

VII - Examinar e aprovar a proposta de reformulação da **PARCERIA**;

VIII - Instaurar, mediante portaria, procedimento fiscalizatório em face de reclamações formalizadas contra a **ENTIDADE**.

CLÁUSULA QUINTA

- DO PRAZO DE VIGÊNCIA -

O prazo de vigência da **PARCERIA** é de 15 (quinze) meses, contados a partir da publicação do extrato na imprensa oficial.

Parágrafo único – Havendo motivo relevante e interesse das partícipes, o presente instrumento poderá ser prorrogado, observado o limite máximo de 60 (sessenta) meses, mediante termo aditivo, devendo ser apresentado, para tanto, novo plano de trabalho e outros documentos solicitados pela **DEFENSORIA**, dentro de até 90 (noventa) dias do fim de sua vigência.

CLÁUSULA SEXTA

- DOS RECURSOS –

Para atender às despesas decorrentes da execução dos serviços de que trata esta **PARCERIA**, a **DEFENSORIA**, por meio de sua Coordenadoria Geral da Administração - Fundo de Assistência Judiciária, repassará à **ENTIDADE** a importância mensal de R\$ 44.619,55 (quarenta e quatro mil e seiscentos e dezenove reais e cinquenta e cinco centavos) a ser creditada em conta vinculada a esta **PARCERIA**, junto ao Banco do Brasil S/A.

§ 1º – O depósito do valor mencionado no “caput” será efetuado no último dia útil do mês subsequente ao vencido, ficando condicionado à entrega dos relatórios e documentos mencionados na Cláusula Segunda, no prazo estipulado, bem como ao saneamento de eventuais divergências identificadas pela **DEFENSORIA**.

§ 2º – A presente **PARCERIA** tem o valor estimado de R\$ 669.293,25 (seiscentos e sessenta e nove mil e duzentos e noventa e três reais e vinte e cinco centavos), sendo que as despesas correrão à conta dos recursos da Coordenadoria Geral de Administração - Fundo de Assistência Judiciária – Unidade Gestora Responsável 420030, Programa de Trabalho 03.092.4200.5796.0000 Classificação de Despesa Elemento-Item 33.50.43-81, do orçamento de 2023 e à conta dos orçamentos-programa do exercício seguinte.

§ 3º – Os recursos repassados pela **DEFENSORIA** serão obrigatoriamente computados a crédito da **PARCERIA** e aplicados exclusivamente no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

§ 4º - A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

§ 5º - O depósito do valor mencionado no “caput” fica condicionado à inexistência de registros em nome dos respectivos beneficiários junto ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN ESTADUAL.

§ 6º - O depósito do valor mencionado no “caput” ficará retido, até o saneamento das impropriedades, quando:

I - houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da Entidade em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração;

III - a Entidade deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pelo gestor ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

IV – as metas fixadas no plano de trabalho não forem atingidas, salvo força maior ou caso fortuito, ficando neste caso, autorizada a retenção proporcional das parcelas do repasse.

§ 7º - Os valores retidos nos termos dos incisos I, II e III do parágrafo anterior poderão ser liberados quando sanadas as impropriedades, e os retidos em razão do inciso IV mediante compensação das metas não atingidas.

§ 8º - Para fins de anotação de compensação das metas, conforme previsão do parágrafo anterior, considerar-se-á que:

I - Na hipótese de a atuação ficar aquém ou ser superior às metas mensais previstas no plano de trabalho a ser apresentado com a proposta, poderá o saldo ser contabilizado para fins de compensação, à critério da Defensoria Pública, dentro do prazo de vigência da parceria.

II - A realização de metas mensais que ultrapassem os quantitativos presentes no plano de trabalho que integrará a proposta será contabilizada, somente, para fins de eventual compensação nos meses em que as referidas metas não forem alcançadas.

III – Na eventualidade de ao final de vigência do ajuste houver prorrogação do ajuste, os eventuais saldos existentes, para mais ou para menos, serão zerados, ressalvada hipótese excepcional, devidamente fundamentada e requerida pela entidade, a ser decidida pela **DEFENSORIA** acerca de sua conveniência, oportunidade e juridicidade.

§9º - O repasse somente será integralmente transferido à entidade caso haja a comprovação dos gastos com a equipe constante do plano de trabalho, a qual representará 30% (trinta por cento) do valor total do repasse, sendo que a comprovação do integral cumprimento das metas representará os outros 70% (setenta por cento), deduzindo-se, proporcionalmente, os valores de equipe e meta não atingidos.

§10º - O repasse mensal será limitado aos valores comprovadamente gastos com a equipe efetivamente alocada na consecução das metas deste **TERMO**.

§11º - Sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores, o repasse sempre ficará condicionado à comprovação da manutenção de ao menos 01 (um) advogado e do atingimento mínimo de 70% (setenta por cento) das metas previstas no plano de trabalho;

§12º - Para fins de repasse, havendo recesso forense nos meses de dezembro e janeiro, as metas estipuladas no plano de trabalho serão reduzidas em 1/3 (um terço).

§13º - O repasse não excederá, em nenhuma hipótese, o valor global do ajuste.

§14º - Havendo necessidade de reequilíbrio das obrigações pactuadas, por ocasião da eventual prorrogação da parceria, os valores poderão ser revistos, considerando-se, dentre outros critérios, a análise dos pisos salariais das categorias de profissionais que executam o objeto do ajuste, observados critérios de oportunidade e conveniência da **DEFENSORIA**, bem como a existência de recursos orçamentários suficientes para suporte da avença.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA GRATUIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A prestação de serviços referidos nos termos desta **PARCERIA** é totalmente gratuita, vedada qualquer cobrança aos usuários a título de honorários advocatícios, taxas, emolumentos ou despesas.

CLÁUSULA OITAVA

DA EXTINÇÃO DA PARCERIA

Esta **PARCERIA** poderá, a qualquer tempo, ser denunciada mediante notificação prévia de 60 (sessenta) dias, ressalvada a faculdade de rescisão, na hipótese de interrupção, paralisação ou insuficiência técnica na prestação dos serviços conveniados, bem como em eventual infração a qualquer das cláusulas estabelecidas neste instrumento.

Parágrafo único - Seja qual for o motivo da cessação desta **PARCERIA**, a prestação de assistência jurídica assumida pela **ENTIDADE** nos processos em andamento permanecerá sob sua responsabilidade, nos termos da Cláusula Segunda.

CLÁUSULA NONA

DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

A **ENTIDADE** deverá apresentar, até 90 (noventa) dias após o encerramento de cada exercício, toda a documentação exigida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para fins de fiscalização, sob pena de suspensão do repasse.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA PUBLICIDADE

Fica vedado a qualquer dos partícipes a divulgação das ações referentes ao objeto desta **PARCERIA**, com finalidade egoística ou incompatível com a vislumbrada neste ajuste ou com o interesse público.

Parágrafo único – Fica vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que, de alguma forma, descaracterizem o interesse público e se confundam com promoção de natureza pessoal ou publicitária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

- DA PUBLICAÇÃO –

Esta **PARCERIA** deverá ser publicada, em extrato, após sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

- DAS COMUNICAÇÕES –

Todas as comunicações relativas a esta **PARCERIA** serão consideradas como regularmente efetuadas se entregues por protocolo ou remetidas eletronicamente.

§ 1º - As comunicações físicas dirigidas à **DEFENSORIA** deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Boa Vista, 200, 3º Andar, Centro, CEP 01014-000, São Paulo/SP.

§ 2º – As comunicações físicas dirigidas à **ENTIDADE** deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida do Cursino nº 4.305, Vila Moraes, CEP 04169-000, São Paulo/SP.

§ 3º - As alterações de quaisquer meios de contato deverão ser imediatamente comunicadas por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

- DAS NORMAS DE REGÊNCIA –

A **PARCERIA** sujeitar-se-á às seguintes disposições normativas abaixo indicadas, sem prejuízo das demais normas regulamentares aplicáveis à espécie:

I – Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

II – Ato Normativo DPG nº 237, de 28 de março de 2023, o qual disciplina os procedimentos voltados ao processo administrativo sancionatório;

III – Ato Normativo DPG nº 190, de 19 de abril de 2021, que regula o procedimento para formalização, execução, alteração e extinção dos termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação, termos de cooperação, convênios e demais parcerias firmadas pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo; e

IV – Lei Estadual nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998, no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS –

Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo para dirimir todas as questões decorrentes da execução desta **PARCERIA**, que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelos partícipes.

E, por estarem certos e ajustados, firmam as partícipes o presente termo.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

FLORISVALDO ANTONIO FIORENTINO JÚNIOR

Defensor Público-Geral

CENTRO OSCAR ROMERO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - COR

ABRAÃO CARLOS GOMES

Coordenador Geral

ROSINETE SANTOS DE OLIVEIRA

Secretária



Documento assinado eletronicamente por **Thomaz Fiterman Tedesco, Defensor Público Coordenador da Assessoria Jurídica**, em 19/04/2023, às 19:10, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **ABRAÃO CARLOS GOMES, Usuário Externo**, em 27/04/2023, às 16:43, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROSINETE SANTOS DE OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 27/04/2023, às 16:56, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior, Defensor Público-Geral do Estado**, em 28/04/2023, às 10:47, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **0464392** e o código CRC **E698D4D8**.

Rua Boa Vista, 200, 8º andar - Centro - CEP 01014-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2023/0005834

DPAI ASCOV - 0464392v2



PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS:

1.1 Entidade:

CENTRO OSCAR ROMERO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - COR

CNPJ: 02.722.761/0001-82

Endereço: Avenida do Cursino, 4.305, Vila Moraes.

Cidade: São Paulo

CEP: 04169-000

Telefone: (11) 2307-0161

E-mail: cor_defensoria@hotmail.com

1.2 Representante: ABRAÃO CARLOS GOMES

Cargo: Coordenador Geral

R. G. n.º: 15.388.819

C. P. F. / M. F. n.º: 094.673.578-60

ROSINETE SANTOS DE OLIVEIRA

Cargo: Coordenador Geral

R. G. n.º: 38.360.142

C. P. F. / M. F. n.º: 342.619.548-85

1.3 Responsável pela Execução: MITAYLLE DE SOUSA SANTOS

Cargo: Advogada

R. G. n.º: 47.207.437-4

C. P. F. / M. F. n.º: 383.190.618-14

e-mail: mitaylle_sousa@hotmail.com

2. Apresentação da Entidade

O Centro Oscar Romero de Defesa de Direitos Humanos – COR teve sua primeira constituição por volta dos anos de 1980, inicialmente não estava formalizado, com estatuto e nem diretoria, mas, pela iniciativa de Advogados, Juristas, profissionais liberais, Trabalhadores e Trabalhadoras,

Psicólogos, Assistentes Sociais, Padres e Bispos, Leigos e Leigas da Igreja Católica, iniciaram na Região do Ipiranga atuação firme e consolidada pela Defesa dos Direitos Humanos e da Democracia. Era um momento muito difícil na história brasileira, tendo que o Brasil, estava tentando sair do período da ditadura militar e muitos daqueles ligados a COR passaram a sofrer ameaças pelo papel desempenhado em pro da redemocratização do país.

Com a abertura democrática e a elaboração de nova Carta Constitucional, deu-se país a fora a coleta de assinaturas para a elaboração da nova Constituição Republicana, então o **Centro Oscar Romero de Defesa de Direitos Humanos – COR**, em meados daquele ano de 1986 para 1987, participou ativamente **Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte**, que recolheu assinaturas para apresentar propostas para a elaboração Constituição Federal que seria promulgada em 1988.

Passado este momento a COR foi devidamente formalizada dentro dos moldes previsto em Lei e tornou-se a Organização da Sociedade Civil com vasta atuação, conforme prevê seu Estatuto Social, é uma associação civil, sem fins lucrativos. Atualmente a COR esta sediada no Município de São Paulo, no bairro da Vila Moraes, na Av. Do Cursino, 4305. Tendo por missão:

Missão: Promover a Defesa dos Direitos Humanos, com especial atenção ao acesso à Justiça, assistência social, defesa da moradia, educação, a saúde e ao meio ambiente. Contribuindo para erradicar a pobreza e a exclusão social.

3. OBJETO DA PROPOSTA

A Defensoria Pública de São Paulo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 988 de 09 de janeiro de 2006, é a instituição pública que tem como atribuição, por mandamento constitucional, prestar assistência jurídica integral e gratuita aos carentes de recursos financeiros.

A prestação de assistência jurídica pela Defensoria Pública do Estado tem sido realizada de forma direta, por meio de Defensores Públicos e, considerando o número ainda reduzido destes profissionais frente à demanda, de forma suplementar por meio dos convênios termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação, termos de cooperação e demais parcerias.

Deste modo, no caso de Jabaquara e Santo Amaro, se faz necessária a prestação desta assistência jurídica integral e gratuita por intermédio de entidades parceiras da Instituição, razão da apresentação da presente proposta que visa atuação à população hipossuficiente de São Paulo /SP nas áreas cível/Fazendo Pública, Juizado Especial Cível e família.

4. DESCRIÇÃO DAS METAS A SEREM ATINGIDAS E DE ATIVIDADES OU PROJETOS A SEREM EXECUTADOS E DE SUA FORMA DE EXECUÇÃO:

A prestação de assistência judiciária gratuita complementar com vistas ao atendimento da população carente de recursos financeiros será operacionalizada através das seguintes etapas ou fases:

4.1 Análise da situação econômico-financeira (triagem):

A análise da situação econômico-financeira será realizada por meio de um rigoroso processo seletivo dos hipossuficientes, parametrizado pelas condições socioeconômicas apresentadas e

registradas em documento próprio, atendendo a Deliberação nº 89 do Conselho Superior da Defensoria Pública, bem como recomendações de demais atos emanados da Defensoria Pública, cabendo à Entidade a observância aos ditames supracitados.

Obs.: nos locais onde houver Defensoria Pública a triagem será realizada pelos Defensores Públicos da Regional e os usuários serão encaminhados à Organização da Sociedade Civil mediante ofício.

4.2 Atendimento:

O atendimento, a ser realizado, quando necessário, por mecanismos não presenciais, objetivará diagnosticar a situação processual dos hipossuficientes para a escolha do remédio jurídico adequado, a ser desempenhado na integralidade pela equipe profissional apresentada nos termos deste plano de trabalho, compreendendo, inclusive, eventuais estagiários, que ficarão sob a orientação e responsabilidade do profissional contratado, todos supervisionados pelo coordenador do projeto, se houver.

4.3 Propositura da ação:

A propositura da ação consistirá em elaboração da peça formal fundamentada em estudos e pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais, acompanhada dos necessários elementos probatórios que o caso concreto requerer.

4.4 Acompanhamento:

O acompanhamento consistirá em supervisionar a tramitação do processo com as devidas providências processuais solicitadas, detectando eventuais deficiências e falhas no desenrolar da ação judicial proposta, até satisfação dos interesses do usuário.

Na hipótese de existência de estagiários na equipe, proporcionar-se-á seu envolvimento nas diversas etapas ou fases do processo, haverá um enriquecimento das experiências curriculares, através de sua participação em atividades jurídicas reais cobertas pela parceria, tais como:

- a) atividades práticas de negociação, conciliação e mediação;
- b) atuação jurídica oral;
- c) visita orientada;
- d) análise de autos findos;
- e) elaboração de textos, peças jurídico-legais, contestações, impugnações, requerimentos, alvarás, recursos e relatórios;
- f) estudos e pesquisas das fontes formais de Direito (legislação, costumes, doutrina, jurisprudência) etc;
- g) participação em audiências conciliatórias e de instrução e julgamento inclusive atos judiciais a serem realizados por mecanismos eletrônicos/não presenciais
- h) quando o caso, acompanhar e desenvolver atividades, sempre supervisionadas, pertinentes à atuação do profissional de Psicologia e Serviço Social.

4.5 Interposição de recursos:

A interposição de recursos, de forma adequada e tempestiva, visará o reexame das decisões judiciais, no sentido de reformá-las total ou parcialmente e de esclarecê-las, até satisfação dos

interesses do usuário em todas as instâncias jurisdicionais.

4.6 Local de atuação: Foros Regionais de Santo Amaro e Jabaquara.

4.7 Área de atuação:

(X) Cível/Fazenda Pública

(X) Família

(X) Juizado Especial Cível - JEC

4.7.1 Detalhamentos das áreas:

Família: envolvendo, sobretudo, ação de alimentos, execução de alimentos, divórcio, conversão em divórcio consensual, anulação de casamento, investigação de paternidade, guarda, regulamentação de visitas, inventário e arrolamento, restabelecimento de casamento, revisional de alimentos, reconhecimento e dissolução de sociedade de união estável, emancipação judicial outorgada e consentimento, tutela, curatela, cautelares, curadoria especial e pedido de alvará.

Cível/Fazenda Pública: atuando em questões cíveis, principalmente em ações do procedimento comum, execução, embargos ao devedor, impugnação à execução, consignação em pagamento, declaratórias, embargos de terceiros, possessórias, cautelares, revisional de aluguel, despejo, mandado de segurança, procedimento especial de jurisdição voluntária/contenciosa, curadoria especial, nunciação de obra nova, anulação e retificação de registro, bem como atuando em ações de obrigação de fazer, mandado de Segurança, ações declaratórias, dentre outras de competência da Fazenda Pública.

Juizado Especial Cível: acompanhamento de processos quando necessária a nomeação, especialmente para interposição de recurso inominado, bem como para demais atuações em favor dos interesses do usuário.

PROVISIONAMENTO SANTO AMARO	
Área	Número de encaminhamentos propostos (dentro das áreas escolhidas)
Família Preferencialmente curadoria especial	100 (cem)
Cível/Fazenda Pública Preferencialmente curadoria especial	55 (cinquenta e cinco)
TOTAL DE ENCAMINHAMENTOS	155 (cento e cinquenta e cinco)

PROVISIONAMENTO JABAQUARA	
Área	Número de encaminhamentos propostos (dentro das áreas escolhidas)
Família	51 (cinquenta e uma)
Cível/Fazenda Pública	2 (duas)
Juizado Especial Cível	2 (duas)
TOTAL DE ENCAMINHAMENTOS	55 (cinquenta e cinco)

Total Geral de encaminhamentos (vide item 6.2. do Edital)	210 (duzentos e dez)
--	----------------------

Obs. 1: Havendo recesso forense nos meses de dezembro e janeiro, as metas acima serão reduzidas em um terço.

Obs. 2: Na eventualidade de não haver encaminhamentos suficientes em algumas das áreas acima descritas, poderá haver encaminhamentos suplementares das outras áreas para fins de cumprimento da meta total.

Obs. 3: O encaminhamento de demandas pela Coordenação local à entidade conveniada é condicionado à autorização de provisionamento, inclusive em relação às áreas de encaminhamento, pela Subdefensoria Pública-Geral do Estado competente.

5. LOCAL E HORÁRIO DE ATENDIMENTO

O atendimento dar-se-á nas no setor jurídico do **CENTRO OSCAR ROMERO - COR**, localizado na Avenida do Cursino nº 4.305 – Vila Moraes CEP: 04169-000 – São Paulo - SP, em espaço reservado para as atividades da Assistência Judiciária Gratuita, de segunda à quarta feira no horário das 09:30h às 12:30h e das 13:30h às 16:30h, para primeiro atendimento dos encaminhamentos realizados pela Defensoria Pública, e às quintas feiras das 09:30h às 12:30h para atendimento relativo a retorno de assistidos, devendo ser garantido o atendimento por mecanismos não presenciais quando necessário, reservando-se as sextas feiras para orientação aos estagiários sobre o andamento dos processos constantes no acervo.

Garante-se, também, a execução destas atividades por mecanismos não presenciais, quando necessário. Nesta hipótese, serão adotados procedimentos voltados ao agendamento porventura aplicável (a exemplo mediante envio de links, convites ou delimitação de horário) para oferta de atendimento por meio virtual, especialmente por meio de chamadas de voz e/ou vídeo, sem prejuízo da oferta de orientações por outro meio digital.

6. DA EQUIPE

A Equipe de trabalho será formada por:

- 01 (um) coordenador do projeto
- 07 (sete) advogados
- 04 (quatro) estagiários de Direito
- 01 (um) psicólogo
- 01 (um) assistente social
- 01 (um) estagiário de psicologia
- 01 (um) estagiário de serviço social

7. DA REMUNERAÇÃO DA EQUIPE DE TRABALHO:

Os valores são originários de pesquisa efetuada no Processo Administrativo SEI nº 2021/0004554.

Para cada 30 novos encaminhamentos mensais, será mantida uma equipe formada por ao menos um advogado e até 03 estagiários de Direito, observando o teto de R\$ 4.967,65. O valor da bolsa auxílio do estagiário de direito é de R\$ 737,37.

7.1 Equipes		Valor Unitário Mensal	Valor Total Mensal
Equipe 1.	01 (um/a) advogado/a	R\$ 4.967,65	R\$ 4.967,65
Equipe 2	01 (um/a) advogado/a	R\$ 4.967,65	R\$ 4.967,65
Equipe 3	01 (um/a) advogado/a	R\$ 4.967,65	R\$ 4.967,65
Equipe 4	01 (um/a) advogado/a	R\$ 4.967,65	R\$ 4.967,65
Equipe 5	01 (um/a) advogado/a	R\$ 4.967,65	R\$ 4.967,65
Equipe 6	01 (um/a) advogado/a com 01 (um/a) estagiário/a de direito	R\$ 4.230,28 (advogado/a) R\$ 737,37 (estagiário/a)	R\$ 4.967,65
Equipe 7	01 (um/a) advogado/a com 03 (três) estagiários/as de direito	R\$ 2.755,54 (advogado/a) R\$ 737,37 cada (estagiário/a)	R\$ 4.967,65
Auxilio transporte, na hipótese de a equipe contar com estagiários.	4 auxilio transporte	R\$ 73,48	R\$ 293,92
TOTAL DA CONTRATAÇÃO DA EQUIPE JURÍDICA			R\$ 35.067,47

Havendo 90 (noventa) ou mais encaminhamentos mensais, observado regramento do Edital de Chamamento Público, possibilita-se o reembolso a título de coordenação.

7.1.1 Coordenação	Qtde	Valor Unitário Mensal	Valor Total Mensal
Coordenador	1	R\$ 3.241,08	R\$ 3.241,08
TOTAL DA CONTRATAÇÃO DE COORDENAÇÃO			R\$ 3.241,08

7.2 EQUIPE PSICOSSOCIAL	Qtde.	Valor Mensal	Valor Total Mensal
Psicólogo	01 (um/a)	R\$ 2.431,41	R\$ 2.431,41
Assistente Social	01 (um/a)	R\$ 2.431,41	R\$ 2.431,41

Estagiário de Psicologia	01 (um/a)	R\$ 650,61 de bolsa – auxílio	R\$ 650,61
Estagiário de Serviço Social	01 (um/a)	R\$ 650,61 de bolsa – auxílio	R\$ 650,61
Auxílio transporte, na hipótese de a equipe contar com estagiários.	2	Valor de R\$ 73,48	R\$ 146,96
TOTAL 7.2 =			R\$ 6.311,00

Mediante solicitação fundamentada da proponente e a critério de conveniência e oportunidade da Defensoria Pública do Estado, o piso relativo às bolsas auxílio dos estagiários de direito, psicologia e serviço social poderá ser alterado, limitado ao valor total previsto para reembolso da equipe.

TOTAL DA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL (7.1 + 7.1.1 + 7.2) =	R\$ 44.619,55
--	----------------------

8. CONTRAPARTIDA DA PROPONENTE:

8.1 Despesas mensais:

Discriminação das despesas	Valor
Aluguel	R\$ 1.700,00
Contabilidade	R\$ 1.100,00
Material de expediente/Impressos	R\$ 530,00
Material de limpeza	R\$ 700,00
Manutenção e Conservação de Equipamentos	R\$ 400,00
Energia Elétrica	R\$ 250,00
Água	R\$ 100,00
Ligações Telefônicas / internet	R\$ 450,00
TOTAL 8.1 =	R\$ 5.230,00

8.2 ENCARGOS SOCIAIS, TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS:

A Entidade proponente efetuará a seleção e contratação dos profissionais envolvidos que comporão a equipe de trabalho, assumindo a responsabilidade exclusiva de quaisquer encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e sociais, devidos em decorrência das contratações.

Os valores relativos aos encargos sociais e trabalhistas serão deduzidos proporcionalmente da

remuneração destinada a cada profissional, conforme disposto na Cláusula Sétima, Parágrafo Primeiro, alínea “a”, do Edital de Chamamento Público nº 14/2022, nos moldes do Anexo I.

TOTAL DA CONTRAPARTIDA (8.1)	R\$ 5.230,00
-------------------------------------	---------------------

OUTRAS FORMAS DE CONTRAPARTIDA:

Para o desenvolvimento das atividades descritas neste Plano de Trabalho, a **COR – CENTRO OSCAR ROMERO**, disponibilizará, a título de contrapartida, os seguintes recursos físicos:

- Prédio para o desenvolvimento de atividades acadêmicas, em especial, para a prestação de assistência judiciária gratuita, localizado na Avenida do Cursino nº 4.305 – Vila Morais – São Paulo – SP – CEP: 04169-000, Estado de São Paulo, adequado para atender à demanda da população carente e a operacionalização dos serviços a serem prestados pelos profissionais;
- Local para espera sentada com distribuição de senha, respeitando a ordem de chegada bem como as prioridades de atendimento previstas em Lei;
- Local apropriado para realização de cadastros, preferencialmente por mecanismos informatizados, dos cidadãos que buscarem este serviço objetivado no presente plano de trabalho;
- Espaço para atendimento reservado que garanta a dignidade e privacidade do cidadão, preferencialmente divididos em mini salas de atendimento;
- Mobiliário adequado para a espera, cadastro, atendimento e para a elaboração das peças jurídicas;
- Equipamentos de informática, tais como impressoras, computadores, microfones e *webcams* (ou outro meio correlato), devendo estes ter acesso à rede mundial de computadores (internet) em qualidade suficiente para assegurar os atendimentos e participação em atos judiciais não presenciais/eletrônicos.

9. PERCENTUAIS DOS PARTICÍPES (PREVISÃO DE RECEITA E DE DESPESA A SEREM REALIZADAS NA EXECUÇÃO DO OBJETO DO AJUSTE)

TOTAL GERAL (itens 7 + 8)=	R\$ 49.849,55
-----------------------------------	----------------------

- a) 89,50% (oitenta e nove inteiros e cinquenta décimos por cento.) serão providos pela Defensoria Pública do Estado, correspondente ao pagamento dos profissionais envolvidos no projeto, importando em **R\$ 44.619,55 (quarenta e quatro mil seiscentos e dezenove reais e cinquenta e cinco centavos).**

- b) 10,49% (dez inteiros e quarenta e nove décimos por cento) serão providos pelo **CENTRO OSCAR ROMERO DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS - COR** correspondente ao pagamento de materiais, despesas com energia elétrica, telefone, encargos sociais e outras despesas, importando em **R\$ R\$ 5.230,00 (cinco mil, duzentos e trinta reais)**.

10. CRONOGRAMA DE REPASSE OU DESEMBOLSO

O cronograma de repasse será mensal, mediante análise e aprovação da prestação de contas, constituída pelo relatório de execução do objeto e pelo relatório de execução financeira, nos termos dos itens 9.2 e 9.4 do Edital, que será encaminhada até o dia 10 de cada mês, simultaneamente, à Coordenação Regional ou à Unidade responsável pela respectiva parceria e ao Setor de Gestão Financeira da Assessoria de Convênios.

Anualmente será realizada a prestação de contas gerais relativa a todo o exercício anterior. Além disso, a qualquer momento, a Defensoria Pública poderá solicitar dados da parceria, com um prazo de 5 (cinco) dias de antecedência quando estes forem referentes ao mês em vigor, 15 (quinze) dias para os dados dos últimos 12 (doze) meses e 30 (trinta) dias para períodos superiores a um ano.

11. DOS RELATÓRIOS DAS ATIVIDADES E DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS DE AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS

O relatório das atividades desenvolvidas ficará sob a responsabilidade da entidade, que os encaminhará até o dia 10 de cada mês, sem prejuízo do simultâneo envio ao Setor de Controle de Execução da Assessoria de Convênios, à Coordenação Regional ou à Unidade responsável pela respectiva parceria, que analisará a aferição do cumprimento das metas, quantitativamente e qualitativamente, e encaminhará à Assessoria de Convênios da Defensoria Pública para manifestação conclusiva.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

FLORISVALDO ANTONIO FIORENTINO JÚNIOR

Defensor Público-Geral

CENTRO OSCAR ROMERO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - COR

ABRAÃO CARLOS GOMES

Coordenador Geral

ROSINETE SANTOS DE OLIVEIRA



Documento assinado eletronicamente por **Thomaz Fiterman Tedesco, Defensor Público Coordenador da Assessoria Jurídica**, em 19/04/2023, às 19:10, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **ABRAÃO CARLOS GOMES, Usuário Externo**, em 27/04/2023, às 16:43, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROSINETE SANTOS DE OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 27/04/2023, às 16:56, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior, Defensor Público-Geral do Estado**, em 28/04/2023, às 10:47, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **0464400** e o código CRC **35AB0B01**.

Rua Boa Vista, 200, 8º andar - Centro - CEP 01014-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br



ANEXO I

QTD	PROFISSIONAL	VALOR PROFISSIONAL	INSS PATRONAL	TOTAL INDIVIDUAL	TOTAL GERAL
1	Coordenação	R\$ 2.700,90	R\$ 540,18	R\$ 3.241,08	R\$ 3.241,08
5	Adv. Sem Estag.	R\$ 4.139,71	R\$ 827,94	R\$ 4.967,65	R\$ 24.838,25
1	Adv. c/ 1 Estag.	R\$ 3.525,23	R\$ 705,05	R\$ 4.230,28	R\$ 4.230,28
1	Adv. c/ 3 Estag.	R\$ 2.296,28	R\$ 459,26	R\$ 2.755,54	R\$ 2.755,54
1	Assistente Social	RS 2.026,18	R\$ 405,23	R\$ 2.431,41	R\$ 2.431,41
1	Psicólogo/a	R\$ 2.026,18	R\$ 405,23	R\$ 2.431,41	R\$ 2.431,41
4	Estagiários/as Dir.	R\$ 810,85	R\$ -	R\$ 810,85	R\$ 3.243,40
1	Esta. Psicologia	R\$ 724,09	R\$ -	R\$ 724,09	R\$ 724,09
1	Esta. Serviço Social	R\$ 724,09	R\$ -	R\$ 724,09	R\$ 724,09
VALOR TOTAL EQUIPES					R\$ 44.619,55

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

FLORISVALDO ANTONIO FIORENTINO JÚNIOR

Defensor Público-Geral

CENTRO OSCAR ROMERO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - COR

ABRAÃO CARLOS GOMES

Coordenador Geral

ROSINETE SANTOS DE OLIVEIRA

Secretária



Documento assinado eletronicamente por **Thomaz Fiterman Tedesco, Defensor Público Coordenador da Assessoria Jurídica**, em 19/04/2023, às 19:11, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **ABRAÃO CARLOS GOMES, Usuário Externo**, em 27/04/2023, às 16:42, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **ROSINETE SANTOS DE OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 27/04/2023, às 16:55, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior, Defensor Público-Geral do Estado**, em 28/04/2023, às 10:47, conforme art. 4º, da Lei 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.sp.def.br/sei/autenticidade_documento informando o código verificador **0464416** e o código CRC **57F9869F**.

Rua Boa Vista, 200, 8º andar - Centro - CEP 01014-000 - São Paulo - SP - www.defensoria.sp.def.br

2023/0005834

DPAI ASCOV - 0464416v2

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
Ato do Diretor Técnico do Departamento de Recursos Humanos, de 28/04/2023
 Tomando pública a abertura do Concurso de Remoção de Oficial/la de Defensoria.
 DATA INÍCIO INSCRIÇÕES: 02/05/2023
 DATA TÉRMINO DAS INSCRIÇÕES: 05/05/2023 até às 17hs, através Sistema Eletrônico de Informações – SEI!
 DATA REALIZAÇÃO DO CONCURSO REMOÇÃO: 08/05/2023 às 11:00horas
 LOCAL: DRH - Via remoto
REGIONAL UNIDADE VAGAS
 REGIONAL SUL UNIDADE SANTO AMARO 1

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
COORDENADORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
Ato do Diretor Técnico, de 28/04/2023
 Classificando com fundamento no artigo 6, do Ato Normativo DPG no. 78/2013, a Agente de Defensoria Pública Heloisa Aguiar Da Silva, a partir de 02/05/2023 na Regional Osasco - Unidade Itapevi.

Classificando com fundamento no artigo 6, do Ato Normativo DPG no. 78/2013, a Oficiala de Defensoria Pública Larissa Alves Izzo Marques, a partir de 02/05/2023 no Departamento de Licitações.

Classificando, com fundamento no artigo 38, Inciso I, do Ato Normativo DPG no. 80, de 21/01/2014, a Oficiala de Defensoria Pública Paula Ferreira Telles, no Departamento de Contratos, com início de exercício a partir de 28/04/2023.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
COORDENADORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
Ato do Diretor Técnico de 28/04/2023

Convocando as candidatas aprovadas em Concurso de Estagiários/as de Direito da Defensoria Pública abaixo relacionadas, para até o dia 04/05/2023, encaminharem à Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Unidade de Marília, através do endereço eletrônico unidade.marilia@defensoria.sp.def.br, em arquivo digital único no formato PDF, os seguintes documentos:

- Declaração de matrícula atualizada fornecida pela Instituição de Ensino, constando o vínculo, semestre em curso e horário de aula

- Atestado Fornecido pela Justiça Eleitoral, que comprove o gozo dos direitos políticos (www.tse.gov.br);

- Atestado de antecedentes criminais, do/s Estado/s onde o/a candidato/a residu/a partir dos 18 (dezoito) anos de idade;

- Certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal das Seções Judiciárias onde o/a candidato/a residu/a partir dos 18 anos de idade;

- Certidões dos distribuidores criminais da Justiça Estadual das Comarcas onde o/a candidato/a residu/a partir dos 18 anos de idade;

- Comprovante de Abertura de Conta Corrente do Banco do Brasil. (SUGESTÃO: estar com os documentos solicitados pelo BB para abertura de conta imediata: RG, CPF ou CNH, comprovante de residência em nome dos pais, caso seja solteiro);

- Comprovante de Residência em nome do estagiário ou, caso seja solteiro (a) em nome dos pais;

- Cédula de identidade ou documento equivalente no caso de cidadão português residente no Brasil;

- Certidão de casamento, com as respectivas averbações, se for o caso;

- Certificado de reservista ou documento equivalente, que comprove a quitação com o serviço militar;

- CPF;

- 1 foto 3x4.

NOME

Guilherme Zani Tonon

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
COORDENADORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
Ato do Diretor Técnico de 28/04/2023

Convocando os/as candidatos/as aprovados/as em Concursos de Estagiários/as de Pós-Graduação abaixo relacionados/as, para até o dia 05/05/2023, encaminhar à Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Unidade Ferraz de Vasconcelos, através do endereço eletrônico mfsouza@defensoria.sp.def.br, em arquivo digital único no formato PDF, os seguintes documentos:

O/a candidato/a convocado/a para o credenciamento deverá encaminhar para o endereço eletrônico indicado na convocação, os seguintes documentos, em arquivo único formato "pdf", para fins de início de exercício, no prazo de até 15 dias, a partir da convocação:

a) Cédula de identidade ou documento equivalente no caso de cidadão/ã português/a residente no Brasil;

b) Certidão de casamento, com as respectivas averbações, se for o caso;

c) Cadastro de Pessoa Física – CPF;

d) Declaração, fornecida pela secretaria da instituição de ensino superior com número do CNPJ, que comprove o requisito no item "V" do Capítulo II. A declaração a que se refere este item, para fins de credenciamento, terá validade de trinta dias;

e) Documento que comprove eventual alteração de nome em relação aos documentos apresentados;

f) Certificado de reservista ou documento equivalente, que comprove a quitação com o serviço militar;

g) Certidão fornecida pela Justiça Eleitoral, que comprove o gozo dos direitos políticos, ou título de eleitor/a com o comprovante de votação na última eleição (www.tse.gov.br);

h) Atestado de antecedentes criminais e certidão dos distribuidores criminais da Justiça Federal e Estadual das Comarcas e Seções Judiciárias onde o/a candidato/a residu/a partir dos 18 (dezoito) anos de idade, cuja pesquisa também deverá realizada em caso de alteração ou retificação de nome;

i) Comprovante de residência (conta atualizada de energia elétrica, água, gás ou telefone fixo).

j) Comprovante de Abertura de Conta Corrente do Banco do Brasil. (estar com os documentos solicitados pelo BB para abertura de conta imediata: RG, CPF ou CNH, comprovante de residência em nome dos pais, caso seja solteiro);

7. Os/as candidatas/as convocados/as que não apresentarem os documentos no prazo previsto no item acima, bem como os que não entrarem em exercício, serão desclassificados/as e excluídos/as do exame para todos os fins.

8. A falta de comprovação de qualquer dos requisitos para credenciamento até a data de início do exercício ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará cancelamento da inscrição do/a candidato/a, sua eliminação do respectivo exame de qualificação e anulação de todos os atos com respeito a ele/a praticados pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, ainda que já tenha sido publicado o Edital de Homologação do resultado final, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

NOME

RAUL MEDEIROS MARQUES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
EXTRATO DE CONTRATO
 Processo nº 2023/0002577
 Dispensa de Licitação nº 005/2023
 Contrato nº 011/2023
 Contratante: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 Contratada: COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – PRODESP

CNPJ: 62.577.929/0001-35
 Objeto: Cessão de uso do sistema de administração de materiais – SAM módulo patrimônio
 Parecer jurídico: Parecer AJ nº 103/2023, de 04 de abril de 2023
 Data da Assinatura: 26/04/2023
 Vigência: O contrato terá vigência de 30 (trinta) meses, contados a partir da data indicada na Ordem de Serviços
 Valor total da contratação: R\$ 18.457,50 (dezoito mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos)
 Natureza da Despesa: 33.90.40-90
 Fonte de Recursos: 1.760.20002
 Programa de Trabalho: 03.092.4200.5799.0000
 Gestor do Contrato: Coordenador da Coordenadoria de Tecnologia da Informação

ASSESSORIA DE CONVÊNIOS

Termo de Colaboração n. 02/2023
 Processo SEI n. 2023/0005834 Partícipes: Defensoria Pública do Estado de São Paulo e o Centro Oscar Romero de Defesa dos Direitos Humanos - COR.

Objeto: a prestação de serviço complementar de assistência jurídica integral e gratuita à população hipossuficiente da Comarca da Capital.

Valor Global: R\$ 669.293,25
 Unidade Gestora: 420030

Programa de Trabalho: 03.092.4200.5796.0000
 Classificação de Despesa: 33.50.43-81

Data de assinatura: 28/04/2023
 Data de vigência: 15 (quinze) meses a partir de 01/05/2023.

Parecer Jurídico n. 112/2023
 Decisão da Assessoria de Convênios

Processo SEI nº 2022/0018527
 Assunto: Edital de Chamamento nº 02/2023

Em atenção ao parágrafo quarto do artigo 27 da Lei 13.019/2014, alterado pela Lei 13.204/15, a Defensoria Pública do Estado informa que a comissão de seleção, constituída por ato do Defensor Público-Geral do Estado publicado em 02 de agosto de 2016, considerou inepta a proposta apresentada pela seguinte entidade: Associação de Ensino de Ribeirão Preto – AERP.

A íntegra da manifestação poderá ser acessada no link a seguir: <https://www.defensoria.sp.def.br/transparencia/portal-da-transparencia/convenios/editais-comunicados>

Data: 28 de abril de 2023

Decisão da Assessoria de Convênios

Processo SEI nº 2022/0022025

Assunto: Edital de Chamamento nº 03/2023

Em atenção ao parágrafo quarto do artigo 27 da Lei 13.019/2014, alterado pela Lei 13.204/15, a Defensoria Pública do Estado informa que a comissão de seleção, constituída por ato do Defensor Público-Geral do Estado publicado em 02 de agosto de 2016, considerou inepta a proposta apresentada pela seguinte entidade: Associação ELAS.

A íntegra da manifestação poderá ser acessada no link a seguir: <https://www.defensoria.sp.def.br/transparencia/portal-da-transparencia/convenios/editais-comunicados>

Data: 28 de abril de 2023

Decisão da Assessoria de Convênios

Processo SEI nº 2022/0011649

Assunto: Edital de Chamamento nº 11/2022

Em atenção ao parágrafo quarto do artigo 27 da Lei nº 13.019/2014, a Defensoria Pública do Estado informa que a Comissão de Seleção, constituída por ato do Defensor Público-Geral do Estado publicado em 02 de agosto de 2016: (i) desclassificou a proposta apresentada pela Instituto Nacional de Apoio aos Usuários dos Serviços de Saúde (INAUSS); (ii) classificou, na seguinte ordem, as propostas apresentadas pela Igreja Evangélica Missionária Restaurando Vidas, pela Associação Fraternidade de Maria, pela Comunidade Só Por Hoje, pela Associação Flor e Ser e pela Fundação Líbero Badaró de Ensino, Assistência Social e Cultura – FULBEAS; e (iii) selecionou, para apresentação de documentos, as organizações Igreja Evangélica Missionária Restaurando Vidas e a Associação Fraternidade de Maria.

A íntegra da manifestação poderá ser acessada no link a seguir: <https://www.defensoria.sp.def.br/transparencia/portal-da-transparencia/convenios/editais-comunicados>

Data: 28 de abril de 2023.

NÚCLEO ESPECIALIZADO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

A Coordenadora do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos, Dra. Fernanda Penteado Balera, CONVOCA, nos termos do art. 18, inc. III da Deliberação nº 38, de 04-05-2007, os/as Defensores/as Públicos/as do Estado, integrantes do Núcleo, abaixo nominados/as, para participarem de forma remota, sem prejuízo de suas atribuições, a realizar-se no dia 05/05/2023, via Microsoft Teams, das 9h às 12h.

Amanda Moniz de Abreu; Amanda Pilon Barsoumian; Antônio José Maffezoli Leite; Cecília Nascimento Ferreira; Caio Jesus Granduque José; Daniel Guimaraes Zveibil; Daniela Batalha Tretel; Davi Quintanilha Failde de Azevedo; Fernanda Dutra Pinchiaro; Gabriela Galetti Pimenta; Gabriela Mosciaro Padua; Marcelo Dayrell Vivas; Mario Thiago Moreira; Paula Albernaz Rodrigues da Cruz; Paulo Fernando Esteves de Alvarenga II; Renato Campos Pinto de Vito; Surrailly Fernandes Youssef; Tatiana Belons Vieira; e Vitor Ortiz Amanda de Barros.

Ordem do dia: I - Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; II - Comunicações da Coordenação; III - Manifestações dos integrantes do Núcleo sobre assuntos diversos; e IV - Discussão de Procedimento Administrativo: 028/2011; 016/2013; 032/2013; 025/2015; 023/2018; 024/2019; 056/2019; 038/2020; 039/2020; 007/2022; 021/2022; e Pedido de Providência 009/2023; e 016/2023.

OUVIDORIA GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

CONSELHO CONSULTIVO DA OUVIDORIA-GERAL
 Ata da Reunião do Conselho Consultivo

07 de março de 2023

No dia 05 de abril de 2023, às 9h30, em formato híbrido, fazendo uso da plataforma digital "Teams", e, presencialmente, na sede da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, 200, em São Paulo, reuniu-se o Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Estiveram presentes os/as Conselheiros/as: Antônia Nascimento, Anderson Lopes Miranda, Carla Mauch, Carolina Ricardo, Isabella Henriques, Kátia Souza, Luciano Santoro, Lucia Pizani, Laís Lopes, Marcos Fuchs, Maria Tereza Sadek, Rogério Sottili, Rodnei Jerico, Rosana de Sant'Ana Pierucetti e Sônia Couto.

Também estiveram presentes Camila Marques (Ouvidora-Geral), Glauco Mazetto Tavares Moreira (Defensor Público Coordenador da Assessoria Criminal), João Felipe Belem de Gouvêa Reis (Defensor Público Coordenador do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores), Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho (Defensora Pública Coordenadora Auxiliar do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores), Julio Grostein (Defensor Público Coordenador Auxiliar do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores), Fabio Jacyntho Sorge (Defensor Público colaborador do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores), Amanda Hildebrand Oi (Assistente Técnica II da Ouvidoria-Geral) e Hilem Oliveira (Assistente Técnica I da Ouvidoria-Geral).

Abertura?
 A solenidade foi conduzida pela presidente do Conselho, Camila Marques Barroso (Ouvidora-Geral)?e a ata redigida por Hilem Oliveira.?

Iniciada a reunião, passou-se à discussão sobre os pontos.
 i. Atuação Criminal do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores (NSITS)

Camila Marques iniciou a reunião contextualizando o interesse do Conselho Consultivo em conhecer melhor o projeto piloto desenvolvido pelo Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores na Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo.

João Felipe Belem de Gouvêa Reis agradeceu o espaço e atenção que o Conselho Consultivo deu ao tema e passou a apresentar a proposta. Luciana Jordão, Julio Grostein, Glauco Mazetto e Fábio Jacyntho Sorge compartilharam suas visões e experiências no desenvolvimento do projeto, indicando que irão elaborar um relatório contendo a análise pormenorizada do projeto.

Os/as Conselheiros/as manifestaram entusiasmo com o projeto e parabenizaram pela iniciativa.

Camila Marques agradeceu a explicação e participação dos defensores do Núcleo. Indicou que será apresentada manifestação do Conselho Consultivo ao Conselho Superior sobre o projeto.

ii. Deliberação Prêmio Justiça para Todas e Todos Josephina Bacariça

Camila Marques informou que o Prêmio teve grande adesão e recebeu muitas inscrições, com um total de 39. Na sequência, passou a palavra para o relator da matéria no Conselho Consultivo, Luciano Santoro.

Luciano Santoro expôs sobre a importância das boas práticas inscritas na atuação institucional, destacou que todas as práticas inscritas eram merecedoras de reconhecimento. Santoro compartilhou com todos que o grupo de trabalho formado para análise e deliberação mais aprofundada das práticas se reuniu no dia anterior para avaliar quais as práticas de maior destaque e impacto. Informou que houve consenso na avaliação dos seis integrantes do grupo de trabalho, indicando a relevância das práticas escolhidas.

Em seguida, apresentou aos Conselheiros as práticas indicadas pelo grupo de trabalho e iniciou-se a deliberação. Acolhendo as indicações do grupo de trabalho, os/as Conselheiros/as deliberaram e definiram as seguintes práticas vencedoras:

Categoria Servidores/as

Coletivo Antirracista de Trabalhadores e Trabalhadoras da Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Prática: A importância do letramento racial para a atuação antirracista na Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Menção Honrosa: Andrea Alves de Carvalho Poppe

Prática: Atuação do Serviço Social da Defensoria Pública em favor da isenção de taxas para retificação administrativa de prenome e gênero de pessoas trans hipossuficientes

Categoria Defensores/as

Fabio Henrique Esposto

Prática: A luta da Defensoria Pública pelo direito de acesso à água e saneamento básico da população de Barretos.

Menção Honrosa: Raphael Camarão Trevizan

Prática: O uso de ferramentas tecnológicas e a repetição massiva de pedidos em sede de execução criminal como estratégias para a concretização dos direitos das pessoas privadas de liberdade

Categoria Órgãos/Unidades

Regional São José dos Campos

Unidade São Sebastião

Terceira Subdefensoria Pública

Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial,

Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo,

Núcleo Especializado da Infância e Juventude,

Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos

Primeira Subdefensoria Pública-Geral

Prática: Mutirão de atendimento jurídico e multidisciplinar à população atingida pelas chuvas em São Sebastião

Menção Honrosa: Núcleo Especializado em Cidadania e Direitos Humanos

Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo

Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor

Prática: Garantindo o direito ao voto nas eleições gerais 2022: a gratuidade do transporte públicos

Menção Honrosa: Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres

Práticas: Garantia da participação da vítima como assistente de acusação em processo que tramitou no Tribunal Militar, independente da manifestação do Ministério Público

e

Atuação para proibição de exigência de exames médicos invasivos para mulheres em concursos públicos no Estado de São Paulo

Camila Marques encerrou os trabalhos, e sistematizou os encaminhamentos.

EDITAIS

GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SUBSECRETARIA DE GESTÃO

UNIDADE CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS

Departamento de Perícias Médicas do Estado

CONVOCAÇÕES PARA PERICIA DE INGRESSO DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO

LAIS ALVES DE OLIVEIRA - 467087908 - Fica convocado(a) a comparecer neste Departamento de Perícias Médicas do Estado, sito à Av. Prefeito Passos, s/nº - Várzea do Glicério - Liberdade - São Paulo - SP, no(s) dia(s) e horário(s) abaixo, para a realização de perícia médica complementar para fins de ingresso, munido de documento de identidade original com foto e exames/ relatórios médicos solicitados. Cargo: OFICIAL DEFENSORIA PUBLICA, do(a) DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO. Dias: 04/05/2023 08:00 hs.

MINISTERIO PUBLICO

FERNANDA DAL SASSO DE RESENDE - 493843309 - Fica convocado(a) a comparecer neste Departamento de Perícias Médicas do Estado, sito à Av. Prefeito Passos, s/nº - Várzea do Glicério - Liberdade - São Paulo - SP, no(s) dia(s) e horário(s) abaixo, para a realização de perícia médica complementar para fins de ingresso, munido de documento de identidade original com foto e exames/ relatórios médicos solicitados. Cargo: ANALISTA JURIDICO DO MP, do(a) MINISTERIO PUBLICO. Dias: 04/05/2023 08:00 hs.

MARCO AURLIO KAMACHI - 440259757 - Fica convocado(a) a comparecer no endereço Travessa Espanha, nº 182, - JARDIM EUROPA - PIRACICABA, no dia 04/05/2023 às 15:40 hs, para a realização de perícia médica para fins de ingresso, munido de documento de identidade original com foto e exames/ relatórios médicos solicitados. Cargo: ANALISTA JURIDICO DO MP, do(a) MINISTERIO PUBLICO.

PODER JUDICIARIO

GLORIA MARIA DE SOUZA SILVA - 56204699 - Fica convocado(a) a comparecer no endereço RUA TIRADENTES, Nº 1.393, - JARDIM PAULISTA - ARACATUBA, no dia 02/05/2023 às 10:10 hs, para a realização de perícia médica para fins de

ingresso, munido de documento de identidade original com foto e exames/ relatórios médicos solicitados. Cargo: ESCREVENTE TECN JUDICIARIO, do(a) PODER JUDICIARIO.

GUSTAVO FERREIRA BALDAN - 487223524 - Fica convocado(a) a comparecer no endereço AVENIDA PORTUGAL, Nº 1045 - SALA 04, - JARDIM SÃO LUIZ - RIBEIRAO PRETO, no dia 02/05/2023 às 15:41 hs, para a realização de perícia médica para fins de ingresso, munido de documento de identidade original com foto e exames/ relatórios médicos solicitados. Cargo: ESCREVENTE TECN JUDICIARIO, do(a) PODER JUDICIARIO.

HENRI MANUEL OLIVEIRA RIBEIRO JUNIOR - 484231650 - Fica convocado(a) a comparecer no endereço AV. RUI BARBOSA, 1208, - CENTRO - DRACENA, no dia 04/05/2023 às 09:20 hs, para a realização de perícia médica para fins de ingresso, munido de documento de identidade original com foto e exames/ relatórios médicos solicitados. Cargo: ESCREVENTE TECN JUDICIARIO, do(a) PODER JUDICIARIO.

INGRID JULIANA GONCALVES FERNANDES - 50631844 - Fica convocado(a) a comparecer neste Departamento de Perícias Médicas do Estado, sito à Av. Prefeito Passos, s/nº - Várzea do Glicério - Liberdade - São Paulo - SP, no(s) dia(s) e horário(s) abaixo, para a realização de perícia médica complementar para fins de de ingresso, munido de documento de identidade original com foto e exames/ relatórios médicos solicitados. Cargo: ESCREVENTE TECN JUDICIARIO, do(a) TRIBUNAL DE JUSTICA. Dias: 04/05/2023 08:00 hs.

ISABELLA BORGES MARTINS - 450456201 - Fica convocado(a) a comparecer no endereço RUA DR. ANTÔNIO BAHIA MONTEIRO, Nº 465 - 4º ANDAR - SALA 430, - BAIRRO MANSUR DAUD - SAO JOSE DO RIO PRETO, no dia 02/05/2023 às 15:50 hs, para a realização de perícia médica para fins de ingresso, munido de documento de identidade original com foto e exames/ relatórios médicos solicitados. Cargo: ESCREVENTE TECN JUDICIARIO, do(a) PODER JUDICIARIO.

JESSICA SOUZA SCARLATTO SILVA - 459465351 - Fica convocado(a) a comparecer neste Departamento de Perícias Médicas do Estado, sito à Av. Prefeito Passos, s/nº - Várzea do Glicério - Liberdade - São Paulo - SP, no(s) dia(s) e horário(s) abaixo, para a realização de perícia médica complementar para fins de de ingresso, munido de documento de identidade original com foto e exames/ relatórios médicos solicitados. Cargo: ESCREVENTE TECN JUDICIARIO, do(a) TRIBUNAL DE JUSTICA. Dias: 04/05/2023 08:00 hs.

JOAO CARLOS FERNANDES MASSANEIRO - 44469640 - Fica convocado(a) a comparecer no endereço Rua Perequê, 154, - VILA GUILHERMINA - PRAIA GRANDE, no dia 02/05/2023 às 10:10 hs, para a realização de perícia médica para fins de ingresso, munido de documento de identidade original com foto e exames/ relatórios médicos solicitados. Cargo: ESCREVENTE TECN JUDICIARIO, do(a) PODER JUDICIARIO.

JONATHAN CAIRUZ DA SILVA - 293848172 - Fica convocado(a) a comparecer no endereço RUA QUINZE DE NOVEMBRO, Nº 982, - CENTRO - SAO CARLOS, no dia 02/05/2023 às 08:20 hs, para a realização de perícia médica para fins de ingresso, munido de documento de identidade original com foto e exames/ relatórios médicos solicitados. Cargo: ESCREVENTE TECN JUDICIARIO, do(a) PODER JUDICIARIO.

LUCAS LOPES DE OLIVEIRA - 411793342 - Fica convocado(a) a comparecer no endereço RUA TIRADENTES, Nº 1.393, - JARDIM PAULISTA - ARACATUBA, no dia 02/05/2023 às 10:00 hs, para a realização de perícia médica para fins de ingresso, munido de documento de identidade original com foto e exames/ relatórios médicos solicitados. Cargo: ESCREVENTE TECN JUDICIARIO, do(a) PODER JUDICIARIO.

LUCAS WALLACE DO NASCIMENTO LOPES - 40592317 - Fica convocado(a) a comparecer no endereço AVENIDA RIO DE JANEIRO, 12, - JD. PRIMAVERA - CARAGUATUBA, no dia 02/05/2023 às 08:15 hs, para a realização de perícia médica para fins de ingresso, munido de documento de identidade original com foto e exames/ relatórios médicos solicitados. Cargo: ESCREVENTE TECN JUDICIARIO, do(a) PODER JUDICIARIO.

MATHEUS SAROM QUEIROZ TOMAZ - 50422098 - Fica convocado(a) a comparecer neste Departamento de Perícias Médicas do Estado, sito à Av. Prefeito Passos, s/nº - Várzea do Glicério - Liberdade - São Paulo - SP, no(s) dia(s) e horário(s) abaixo, para a realização de perícia médica complementar para fins de de ingresso, munido de documento de identidade original com foto e exames/ relatórios médicos solicitados. Cargo: ESCREVENTE TECN JUDICIARIO, do(a) TRIBUNAL DE JUSTICA. Dias: 04/05/2023 08:00 hs.

NICHOLAS JHONNY DA SILVA - 521442709 - Fica convocado(a) a comparecer neste Departamento de Perícias Médicas do Estado, sito à Av. Prefeito Passos, s/nº - Várzea do Glicério - Liberdade - São Paulo - SP, no(s) dia(s) e horário(s) abaixo, para a realização de perícia médica complementar para fins de de ingresso, munido de documento de identidade original com foto e exames/ relatórios médicos solicitados. Cargo: ESCREVENTE TECN JUDICIARIO, do(a) TRIBUNAL DE JUSTICA. Dias: 04/05/2023 08:00 hs.

NICOLLE BOLFARINI GUIOTTI CAMPANATTI PEREIRA - 50116280 - Fica convocado(a) a comparecer no endereço AV. SANTO ANTÔNIO, Nº 837, - CENTRO - MARILIA, no dia 04/05/2023 às 15:25 hs, para a realização de perícia médica para fins de ingresso, munido de documento de identidade original com foto e exames/ relatórios médicos solicitados. Cargo: ESC